



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS PUBLICADO (A) NA SESSÃO DE
Recurso Eleitoral nº 183
ACÓRDÃO Nº 5.223
(25.08.2008) 25/08/08.

Recurso Eleitoral nº 183 - Classe 30 – Ano 2008

Procedência: Senador Rui Palmeira - AL

Recorrente: José Ribeiro dos Santos

Advogado: Luiz José Malta Gaia Ferreira

Recorrida: Justiça Pública Eleitoral

Relator: Juiz André Luis Maia Tobias Granja

EMENTA: ELEITORAL E PROCESSUAL CIVIL. REGISTRO DE CANDIDATURA. DILAÇÃO PROBATÓRIA E ALEGAÇÕES FINAIS. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. TESTE DE AFABETIZAÇÃO. PERÍCIA JUDICIAL. LAUDO TÉCNICO. MOTIVAÇÃO JUDICIAL. NÃO-VINCULAÇÃO. *JUDEX PERITUS PERITORUM*. LIVRE-CONVENCIMENTO. AVALIAÇÃO JUDICIAL. NOTA DO CANDIDATO. REPROVAÇÃO. CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE. AUSÊNCIA.

1. Não há cerceamento de defesa, na prolação de sentença quando se encontra o feito pronto para o julgamento e não demonstrada concretamente pelo interessado a relevância de serem produzidas outras provas. Não havendo dilação probatória, é incabível a abertura de prazo para alegações finais.

2. A avaliação pericial de profissional técnico recrutado para auxiliar, em teste de alfabetização, não vincula o magistrado em seu julgamento, sendo cabível o princípio que 'o juiz é o perito dos peritos', vigorando para o caso o princípio do livre convencimento motivado.

3. Tendo a avaliação da auxiliar do juízo sido conduzida de forma correta, com critérios postos em teste de alfabetização que bem demonstram a ausência da condição de alfabetizado, bem como por não existirem elementos de prova em sentido contrário, é lícito o indeferimento do registro da candidatura.

4. Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Maceió, 25 de agosto de 2008.


Des. Orlando Monteiro Cavalcante Manso - Presidente em exercício


André Luis Maia Tobias Granja - Relator


Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary - Procuradora Regional Eleitoral



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 183

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso Eleitoral Inominado** interposto por **José Ribeiro dos Santos**, através do qual busca a reforma de decisão do excelentíssimo senhor Juiz Eleitoral da 51ª Zona (Senador Rui Palmeira), que indeferiu seu pedido de registro de candidatura por não preenchimento de condição de elegibilidade (alfabetização).

Em recurso eleitoral de folhas 37 a 43, preliminarmente sustentou o recorrente que houvera cerceamento de seu direito de defesa, uma vez que não havia sido realizada a produção de provas necessárias, como depoimento pessoal, oitiva de testemunhas e juntadas de novos documentos, bem como porque não lhe havia sido aberto prazo para apresentação de alegações finais.

No mérito, disse o recorrente que não se enquadrava no conceito jurídico de analfabeto, mercê do conjunto probatório juntado aos autos, notadamente pelo comprovante de escolaridade de folha 11, que comprovaria a conclusão da 4ª série do ensino fundamental, sustentando que a avaliação a qual lhe atribuíra 20% pelo seu desempenho não correspondia à sua real condição.

A Procuradoria Regional Eleitoral, em parecer de folhas 51 a 59, manifestou-se pelo improvimento do recurso, uma vez que o recorrente não apresentara comprovante de escolaridade idôneo, tendo, ainda, sido reprovado no teste de alfabetização do TRE.

Em despacho de folha 61, foi feita a requisição de cópia do inteiro teor do teste de alfabetização, de modo a permitir a livre apreciação das provas e assegurar a observância do livre convencimento motivado do órgão julgador.

Cumprida a diligência determinada, foi juntado aos autos o 'teste para verificação de alfabetização aos candidatos a cargos eletivos', através do qual foi feita avaliação em cima de texto passado ao candidato, vazado à folha 65 nos seguintes termos:

PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO BATEM RECORDE

Após enxurrada de impugnações, um candidato a prefeito e um candidato a vereador já tiveram o registro negado por juízes eleitorais. O ex-prefeito de Matriz de Camaragibe, Washington Luís Moura, e o líder sem-terra de Novo Lino, Valdemir Agostinho, foram os primeiros a terem as candidaturas recusadas por conta da "ficha suja", número que deve aumentar nas próximas semanas.

Em todo o Estado, mais de cem impugnações estão em tramitação. A maioria delas argumenta que os candidatos têm vida pregressa incompatível com mandato eletivo ou que o candidato é analfabeto. Neste segundo caso, a decisão dos juízes eleitorais depende da "provinha", que começou a ser aplicada pela Escola Judiciária Eleitoral.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Recurso Eleitoral nº 183

Enquanto decidem os registros de candidaturas, os juízes recebem a visita da OAB, que verifica o funcionamento dos cartórios eleitorais.

A partir da compreensão do texto, o candidato ora recorrente, respondeu 10 (dez) questões objetivas, tendo, na avaliação da auxiliar do juízo, logrado acerto naquelas de número '1' e '9', sendo consideradas erradas as demais respostas, conforme folha 66 dos autos.

É o que havia de relevante a relatar.

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Recurso Eleitoral nº 183

VOTO

1. Inicialmente, rejeito a preliminar de cerceamento do direito de defesa, uma vez que o recorrente não conseguiu provar, e nem mesmo alegou, qual a relevância de serem produzidas provas orais no presente feito, bem como porque poderia ter juntado, por ocasião da contestação, toda a prova documental que entendesse necessária ao desate da causa.

2. Ao analisar no mérito da causa, o qual traz controvérsia eminentemente fática, tenho por bem ponderar que a ordem jurídica em vigor assegura ao magistrado plena liberdade no julgamento da causa, no que concerne à apreciação do acervo probatório, mas sempre atento ao dever de 'fundamentação das decisões judiciais', conforme preceitua o princípio do livre convencimento motivado prescrito no art. 131 do Código de Processo Civil brasileiro (Lei federal nº 5.869/73):

Art. 131. O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)

3. Neste sentido, cumpre deixar claro que o juiz não é forçosamente obrigado a seguir as conclusões do profissional técnico auxiliar do juízo, porque, em matéria de prova pericial, conforme lição do Ministro Gilson Lágaro Dipp, incide o brocardo latino "*judex peritus peritorum*", significa dizer 'o juiz é o perito dos peritos'¹.

4. Não é à toa que a legislação processual civil ordinária (Lei federal nº 5.869/73) é clara ao **preceituar**, em seu artigo 436, que "o juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos", pois, do contrário, passaria o magistrado ao papel de mero coadjuvante no processo judicial, em detrimento da primazia do pronunciamento de seu auxiliar.

5. Neste contexto, observo claramente que a avaliação pericial foi totalmente acertada, tendo a profissional auxiliar do juízo, inclusive, sido bastante flexível em sua avaliação, porquanto, em resposta ao quesito 9, aceitou como correta, ao ser perguntado "quem decide o registro de candidaturas?", a resposta "juiz direto", quando certamente se quis dizer 'juiz de direito', embora a resposta indubitavelmente correta fosse 'juiz eleitoral'.

6. Assim, tendo o recorrente acertado, ainda, apenas a questão de número '1', deixado de responder as '4', '5', '6', '7' e '8', e errado as questões '2', '3', e '10', vejo claramente que não é alfabetizado, daí por que rejeito a força probante do

¹ Incidente de Uniformização de Jurisprudência. Processo 2005.83.00.502606-2, Relator: Ministro Gilson Dipp (Presidente). Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais. Julgamento em 26 de maio de 2008. DOU de 04.06.2008, p. 20.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Recurso Eleitoral nº 183

documento de folha 11, cujo conteúdo não goza de presunção absoluta de veracidade.

7. Por todo o exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso, mantendo inalterada a sentença recorrida.

É como voto.

Maceió, 25 de agosto de 2008


ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA
Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

EXTRATO DA ATA
(75ª Sessão ordinária de 2008)

Recurso Eleitoral nº 183 – Classe 30

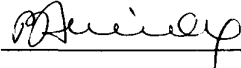
Recorrente(s): José Ribeiro dos Santos

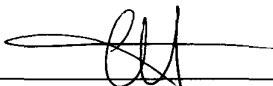
Decisão: Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. (Acórdão nº 5.223, de 25.08.2008).

Presidência do Excelentíssimo Senhor Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Presentes os Exmos. Srs. Juízes: Drs. ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA (Relator), MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO, ELOÍNA MARIA BRAZ DOS SANTOS e FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA JUNIOR, bem como a eminente Procuradora Regional Eleitoral, Dra. NIEDJA G. DE A. ROCHA KASPARY. Ausentaram-se por motivo justificado o Exmo. Sr. Des. Estácio Luiz Gama de Lima e a Exma. Sra. Dra. Ana Florinda Mendonça da Silva Dantas.

SESSÃO DE 25.08.2008

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que o Acórdão nº 5.223 de 25/08/2008, foi conferido e publicado na 75ª sessão, realizada em 25/08/2008. Eu, , lavrei a presente certidão, em Maceió, em 25/08/2008, que vai assinada pela Coordenadora de Sessões.


Coordenadora de Sessões